

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória e história: a disputa pela interpretação do passado

Noé FreireSandes *

Resumo

Uma nova reflexão sobre o passado formou-se com a Revolução de 1930. A ruptura da experiência política da Primeira República, logo batizada como velha, exigiu a formação de um novo tempo. A interpretação do passado transformou-se então em campo de disputa entre a memória e a história. Os acontecimentos ocorridos entre 1930 e 37 foram destituídos de sentido próprio em nome de um tempo só-presente que fundou a idéia do Brasil moderno.

Palavras chaves – Memória, historiografia, modernização

Abstract:

A new reflection on the past was formed with the Revolution of 1930. The rupture of the political experience of the First Republic, then baptized as old, demanded the formation of a new time. The interpretation of the past was transformed into a field of dispute between memory and history. The events which occurred between 1930 and 1937 went then through a process of loss of precise meaning on behalf of an only-present time that established the idea of the modern Brazil.

Keywords: Memory, historiography, modernization.

Inscrever-me no simpósio *História do tempo presente e memória* foi um ato que não se deu sem um grau de relutância. A relutância tinha a ver como a pergunta que me fazia: era um historiador do tempo presente? Qual a substância do presente que marca esse campo de reflexão do historiador? Confesso que não sei responder, com clareza, a pergunta, mas arrisco-me no terreno da constituição da memória e nela o presente se vincula diretamente às lembranças do grupo (HALBWACHS, 1990). Mas a memória histórica é de natureza distinta, pois nela se concentra a evocação do vivido, transubstanciação da memória encarnada nos ritos da lembrança (NORA, 1981). Transformada em objeto de disputa, a memória histórica ordena a representação do passado. Numa perspectiva, a história, em sua fase historiográfica,

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás. A presente comunicação faz parte da pesquisa que desenvolvo, como bolsista do CNPq, intitulada *Entre a Memória e a História: os exilados da velha República*.

se desdobra sobre si mesma num processo de autofagia: o passado se esvai filtrado pela atividade crítica. Sobram cacós sem a menor pretensão de totalidade.

Noutra perspectiva se consolida a tradição conservadora. O passado é evocado pelo presente. Forma-se um sentido por meio da compactação das experiências do passado, retirando-lhes as rugosidades, as dobras. Resta a produção do artefato: recortes, lembranças e esquecimentos são apresentados em cuidadosa narrativa sem que se perceba claramente a mão firme do artesão (CERTAU, 2002). Enquanto a memória se presta às manipulações, pois é menos hábil em esconder a produção do seu artefato, a historiografia tem a crítica como pressuposto e se põe a tecer, como Penélope, o seu manto infinito de interpretações. Entretanto, história e memória não conseguem fugir aos furtivos encontros: quando a historiografia, no contínuo exercício de sua modelagem, esboça figurinos que permanecem, neles é possível perceber alinhavos de diferentes matrizes, reveladores do encontro. No local marcado, a história corta com a sua afiada tesoura e a memória borda, aqui e acolá, o relevo de sua experiência.

O Brasil Moderno é fruto da revolução de 1930. Eis um dos figurinos modelado cuidadosamente pela historiografia. Por esta via justifico minha inclusão no simpósio sobre a história do presente. Não há motivo para duvidar desse novo marco de descobrimento do Brasil (GOMES, 1982). Vargas, ainda hoje, é lembrado como artífice da nacionalidade. A costura revirada pelo avesso expõe as linhas da memória. O velho presidente me acompanha desde menino quando fui apresentado a uma nova área de conhecimento: a história do Brasil republicano. No fundo, todo conhecimento se concentrava em um enorme cartaz onde figurava os nomes dos presidentes e vice-presidentes da história da República. O questionário nos obrigava ao penoso exercício de memorização, principalmente no que diz respeito aos vices e aos que ocuparam rapidamente o cargo presidencial. Mas Getúlio Vargas se destacava, pois nos livros seu nome se apresentava como um novo tópico de estudo, a Era Vargas. Não sabia bem o que significava uma Era, mas, no ambiente escolar, partilhávamos dessa experiência de identificação e os anos seguintes acabaram por consolidar a impressão de que Vargas representava um divisor de águas da nossa história, conforme ensinava o saudoso professor Hamilton Monteiro, na graduação do curso de História da UnB. Difícil precisar quanta tinta se gastou para falar do homem e de suas pretensões. Como um enigma, desafia historiadores e anima os memorialistas a inscrevê-lo no nosso tempo: lembrar do presidente foi tarefa indicada por ele mesmo na famosa carta testamento, cuja autoria não me parece problema de maior envergadura. Acréscimos e correções expressaram desejos coletivos que se somaram à mensagem pensada pelo presidente.

Estou envolvido pela tradição conservadora, confesso. Não tenho a pretensão de negá-la. Modestamente, busco apenas as marcas da sua produção, da sua duração e estabilidade (POLLACK, 1989). Desloco minha observação para o período pós-revolucionário, certo de que aí se encontram os elementos de organização da experiência vivida. O passado recente é confrontado pelo presente. A elaboração de uma nova constituinte, entre os anos de 1933 e 1934, criou o espaço para reflexão de um novo pacto político, mas o passado ainda se fazia presente e os revolucionários foram obrigados a transigir. A negociação envolvia um tenso diálogo entre o desejo de centralização, alimentado pelas tendências autoritárias, e as práticas liberais que teimavam em persistir, adaptando-se aos novos tempos. Ledo engano: o tumulto dos acontecimentos indicava as escassas possibilidades para a nova ordenação institucional. Esta só se deu alguns anos depois, quando o Estado Novo fundou a idéia de Brasil Moderno. Entre lembranças e esquecimentos, o passado foi reinterpretado, indicando que o golpe foi um mero desdobramento da Revolução de 1930. Os acontecimentos ocorridos entre 1930 e 1937 foram destituídos de sentido próprio: tratava-se de um tempo de gestação do Estado Novo. As apostas e as possibilidades aí vividas foram vetadas como produtoras de sentido. O Estado Novo é bom para pensar o Brasil. Começo pelos meandros da Constituinte.

A Constituinte

Em 13 de novembro de 1933, o então Presidente da Assembléia Constituinte, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada discursa enfatizando o difícil e penoso encargo de presidir a Assembléia. Observa o eminente político mineiro que:

[...] para assinalar a procedência de tal juízo, bastaria lembrar a lição que nos dá a história dos povos, segundo a qual menos custoso é demolir um regimen político do que construir aquele cujas virtudes assegurem, com o benefício da paz, a relativa felicidade a que as nações e o homem podem aspirar (Diário da Assembléia Nacional Constituinte, 1934) ¹.

O presidente da Constituinte falava a partir de sua experiência no processo revolucionário de 1930 e de suas expectativas para a construção da nova ordem em meio ao clima de desorientação das correntes espirituais que marcaram a época. Encontravam-se, naquele recinto, homens de distintas gerações: alguns acompanharam a trajetória de crise da

¹ Discurso pronunciado pelo Presidente da Assembléia Constituinte de 1934, em 13 de novembro de 1933.

Primeira República, outros desafiaram a ordem constituída ao participarem da aventura de 1932 e, precocemente, se anunciavam às defecções políticas dos primeiros anos de governo.

O passado ainda parecia orientar as disputas do presente (RÜSEN, 2001). A representação paulista na Constituinte, apesar da propagada disposição de pacificar o país, insistia em relembrar os mártires de 1932. A rebeldia do passado ocupava o campo da memória, no presente, a bancada paulista e o interventor Armando Salles de Oliveira negociavam com o governo provisório a inserção de São Paulo no jogo político. O espaço de experiências, envolto em golpes e traições, marcou a rotina da Assembléia, exigindo uma contínua avaliação do significado de 1930 e dos governos da Primeira República. Homenagens às datas de 1922 e 1932 demarcavam as balizas do passado, norteadoras de projetos políticos que deveriam ser, senão esquecidos, domados nas suas pretensões reformistas.

A leitura do passado segue trajetória linear, colando os acontecimentos de 1922 e 24 como anunciadores do futuro por meio da revolução de 1930. As primeiras tentativas de releitura dos movimentos militares sofreram forte oposição do presidente Epitácio Pessoa:

(...) Heróis de Copacabana, repetem os inimigos da ordem constitucional pela boca dos seus jornais. (...) É tempo já de pôr termo a essa falsificação da história, de desfazer essa fábula, de desmascarar essa fantasia. Tal heroísmo manifestou-se unicamente na imaginação dos partidários obcecados, na ingenuidade dos crédulos ou na gabolice dos figurantes da cena. (PESSOA, E. p. 71).

O ex-presidente Epitácio Pessoa se recusa a tributar aos tenentes a direção do movimento revolucionário, criticando o presidente Vargas pela adesão precoce à farda e pelo conseqüente abandono do ideário liberal. Segundo o ex-presidente, no afã de se identificar ao lado do movimento revolucionário, as lideranças políticas foram vítimas de uma espécie de amnésia social, cujo fundamento reside evidentemente no desejo, ou no medo, de se aproximar do poder constituído.

Epitácio Pessoa pressentia o iminente desgaste de sua relação com os revolucionários. Denunciou o caráter militarista do movimento de 1930 e deu parecer contrário à reforma do Superior Tribunal Federal que resultou na aposentadoria de 04 ministros.(ABREU, 2001) Acuado politicamente, afastou-se da vida pública, restando-lhe, como abrigo, a memória do sobrinho. Insiste o ex-presidente em que o governo quer macular a memória de João Pessoa, quando declara feriado o dia 05 de julho (data dos levantes de 22 e 24) e, no mesmo decreto,

anuncia o feriado referente ao assassinato do líder paraibano. Enfim a memória agora assume claramente a condição de campo de luta, onde se antevê a derrota inevitável do ex-presidente ².

Os tenentes buscam as “raízes” da Revolução nos movimentos insurrecionais de militares que o ex-presidente se esmerou em combater. Para o seu desconforto, os tenentes assumiram a condição de heróis nacionais. O episódio do Forte de Copacabana foi tomado como prenúncio da Revolução de 1930 e o próprio Eptácio passou à galeria dos governos oligárquicos, tendo como marca a fragilidade de seu governo que ter-se-ia perdido em meio às disputas oligárquicas e às comemorações do centenário da independência (SANDES, 2000).

A interpretação do passado era uma necessidade do presente. Os conflitos em torno do legado da história não terminaram na perspectiva exposta. Em suas memórias, Paulo Duarte comenta os depoimentos que os envolvidos prestaram no inquérito sobre a revolução de 1932 em São Paulo. Segundo Duarte, a maioria negou participação direta no movimento, com o claro objetivo de se livrar da possibilidade de condenação. Seguindo comportamento distinto, Duarte assevera sua participação e aproveita para fazer um balanço do movimento, apregoando a defesa do ideário da Aliança Liberal abandonado pelo atual governo. Nesse balanço, ainda recusa a pecha de separatismo atribuída ao movimento paulista. Aproveitou a oportunidade para criticar a atitude do general Klinger, que, à revelia dos combatentes e da população, aceitou a proposta de armistício. Esses depoimentos foram publicados pelo jornal *A Gazeta*, no decorrer do ano de 1933. Já estava em curso a disputa pela herança da rebeldia de São Paulo. Ao lado da disputa simbólica, travava-se uma queda de braço entre os partidários do interventor Armando Sales de Oliveira e a oposição, que, segundo a perspectiva de Paulo Duarte, um dos fiéis companheiros do interventor paulista, compunha-se pelos segmentos mais conservadores do PRP. (DUARTE, 1976) ³.

Entre a sagração de 1930, como marco nacional, e o aprisionamento de 1932, na esfera regional, percebe-se que, de modo rápido, a experiência política da Primeira República se fez longínqua, distanciamento que percorreu etapas: da guerra contra São Paulo à promulgação de uma nova constituição, parecia ainda existir um sentido de continuidade, alimentado pela permanência dos mesmos atores políticos. O fechamento da Aliança Nacional

² Em 09 de junho de 1933, o jornal *Correio da Manhã* descreve as comemorações do dia 05 de julho, que mereceram além de missas e romarias ao cemitério S. Francisco Xavier, sessões comemorativas na Assembléia Constituinte em que se propôs que a data se transformasse em feriado. O deputado Velasco pede a transcrição para os Anais de um documento da Legião 05 de julho em comemoração à data, com claro intuito de intimidar os que abandonaram o ideal revolucionário.

³ A disputa pela memória de 1932 também aparece no episódio que ligou o General Euclides Figueiredo ao PRP, que preparou grande festa para recebê-lo em São Paulo. A homenagem contou com a presença do general Daltro Filho, herói legalista. O intuito do movimento era minar as bases de sustentação do governo de Armando Sales, indispondo-o contra Getúlio, mas a manobra resultou na exoneração do general das funções de comandante da II Região (DUARTE, 1976: 120-123).

Libertadora e o golpe comunista de 1935 ensejaram a ativação do estado de sítio, preparando terreno para a quebra da ordem constitucional. O medo da ameaça comunista permitiu certa unidade da elite política, que cedeu aos apelos governamentais. A defesa da ordem parecia justificar medidas atentatórias à ordem política recém-constituída, mas confiava-se na obra constitucional construída em 1934. Transcorrido o difícil ano de 1935, as eleições de 1938 sedimentariam o pacto político.

A eleição representou uma aposta. Mais uma vez os paulistas lançaram-se à aventura de reconquistar o poder. O clima de desorientação era geral. Armando Sales de Oliveira, em seu *Diagrama de uma situação política*, escrito em 1939, procura adivinhar o destino que se estará forjando para o Brasil, realçando o clima de ameaças. Entre o tempo de sua candidatura e o seu patético apelo aos chefes militares, em nome da defesa da ordem constitucional, fabricou-se um outro tempo. Os acontecimentos do passado recente eram redesenhados em letras miúdas, quase imperceptíveis. O golpe de 1938 foi sacramentado como um movimento exclusivo dos integralistas, sem que se anunciasse a clara presença de outras forças políticas. O golpe, transformado em peça cômica, também foi lançado ao esquecimento (VICTOR, 2005).

O golpe de 1937 reordenou o campo político ao fundar um novo imaginário republicano: a organização da Revista *Cultura Política*, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), constituiu-se em locus privilegiado da gestação dessa nova mentalidade. A história da República permanece, portanto, prisioneira da redefinição política, ocorrida entre 1930 e 1937. Definiu-se uma nova percepção do tempo histórico em que o folclore indicava uma tradição de longa duração que deveria ser preservada, enquanto a história, assentada no acompanhamento da trama dos acontecimentos, se deslocava para um passado longínquo, cuja distância aumentava ainda mais quando se tratava da recente história republicana (GOMES, 1996). Condenada desde sua origem, a experiência política da Primeira República nada tinha a ver com a nacionalidade que se firmou com o Estado Novo.

Entre 1934 e 1946, configurou-se um momento de crise do tempo, evidenciada pela desarticulação entre passado, presente e futuro (HARTOG, 2003). O Estado Novo instaurava uma temporalidade centrada no presente, conjurando o passado fundado nas idéias liberais. Seguindo os passos de Koselleck (1993), observo as expectativas de organização de um novo tempo abrindo um fosso entre passado e presente. A identificação das imagens e emblemas do Estado Novo como rito de passagem para o Brasil moderno indica a persistência de uma memória que ganhou força no campo historiográfico. Não é lícito atribuir, exclusivamente, ao Departamento de Imprensa e Propaganda a responsabilidade pela hegemonia conquistada pelo regime, no âmbito da memória histórica. Há que se reconhecer a

empatia entre a reflexão historiográfica e as bandeiras nacionalistas e trabalhistas defendidas pelo varguismo.

A escrita da história relegou a experiência política da Primeira República ao esquecimento. A adoção dessa perspectiva implica reconhecer a dimensão política de uma historiografia que entronizou a modernização autoritária como modelo de auto-reflexão histórica. A 1ª República é representada como um regime político fracassado, cuja estabilidade decorria do domínio oligárquico. O outro tempo decorre do movimento de 1930. A crítica a essa proposição localiza o debate no terreno da constituição da memória do vencedor, sem que se organize versão distinta, e crível, capaz de redirecionar o processo de auto-reflexão histórica. No âmbito da memória, permanece a força da tradição dos lugares, fixando a produção da lembrança em suportes descarnados: memória do bronze, mas com capacidade de mobilização dos sentimentos políticos e da crítica histórica.

A memória em disputa afasta-se do sentimento de nostalgia ou idiosincrasias do mundo acadêmico, o que está em jogo é a capacidade intelectual de refletir sobre o passado com olhos postos no presente, pois, sem que se opere uma aproximação entre memória e história, permanecerá a crença no Estado como espaço público, sem que se vislumbre a força de organização da sociedade civil, a não ser no âmbito da festa ou do associativismo. Tal percepção simplifica a leitura do passado e encobre a percepção dos sujeitos coletivos como atores do mundo social, cuja participação extrapola a mera relação com o Estado. A centralidade do Estado no exercício de auto-reflexão histórica projeta sombras sobre a conquista e o amadurecimento do regime democrático no Brasil.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de., et al. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001. v.4, p.4579-4586.
- CERTAU, Michael de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- Diário da Assembléia Nacional, Ano I, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1933. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>. Acesso em: 05 de março de 2007.
- DUARTE, P. *Memórias*. Raízes profundas. São Paulo: Hucitec, v. 1, 1974.
- _____. *Memórias*. A inteligência da fome. São Paulo: Hucitec, v. 2, 1975.
- _____. *Memórias*. Selva Oscura. São Paulo: Hucitec, v.3, 1976.
- GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: _____. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.109-150.
- _____. *História e Historiadores*. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

- HARTOG, François. Régimes D'historicité. Présentisme et expériences du temps. Éditions du Seuil, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Para una semântica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.
- NORA, Pierre.(1981), Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, p.07-29.
- OLIVEIRA, Armando Salles de. *Escritos políticos*. São Paulo: Arx, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989, p. 03-15.
- PESSOA, Eitácio. Revolução de outubro de 1930 e República Nova. *Obras completas de Eitácio Pessoa*, vol. XXV, p.71.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Unb, 2001.
- SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação entre a monarquia e a república*. Goiânia: UFG, 2000.
- VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do Lete*. História, memória e esquecimento. Goiânia, UCG, 2005.